



# Anais da Assembléia

Nº 056

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 44.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1991.  
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Cesar Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Neivo Beraldin (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 03 sessões, do Projeto de Lei nº 063/91, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) PAULO MAIA

#### REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam consignados votos de profundo pesar pelo infausto passamento do ex-Prefeito do município de Palmas, UBIRATAN JOSÉ DE ARAUJO carinhosamente conhecido como "BILACA" cujo falecimento ocorreu no dia 19 do corrente mês e ano, nesta cidade, onde se encontrava em tratamento de saúde.

Filho de tradicional família palmense administrou sua terra natal com raro brilhantismo e eficiência, no conturbado período compreendido entre 1964/1970.

Ubiratan José de Araujo - "Bilaca", er irmão e cunhado de dois ex-Prefeitos - Piratan Araujo e Aryzone Mendes de Araujo, deixa viúva, filho, netos e bisneta, além de um incontável número de amigos e companheiros, granjeados no decorrer de seu quase setenta e dois anos de existência sempre dedicada ao seu povo, sua cidade e seu Estado.

Requer, outrossim, que após a aprovação deste, seja dada ciência aos Senhores Prefeitos dos Municípios de Palmas e Maringá, onde residiu por muitos anos, família enlutada, nos seguintes endereços: Sra. Ondina Marcondes de Araújo, viúva Rua Marques de Abrantes, 424, Francisco Beltrão, Paraná, e José Irineu Marcondes de Araujo, filho, residente no mesmo endereço.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

#### REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro dos 35 (trinta e cinco) anos de "Extensão Rural no Paraná", com votos de congratulações desta Casa.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Neste ano de 1991, a Extensão Rural está atendendo mais de 200.000 (duzentos mil) pessoas com seus 1.100 (mil e cem) extensionistas, que o agricultor pode e

contrar em qualquer dos municípios do Paraná, distribuídos em escritórios regionais, distritais e municipais.

Só no ano de 1990, o Programa Paraná Rural, com a Secretaria da Agricultura e suas vinculadas, conseguiu realizar obras em mais de 1.150 microbacias, gerando em aumento na produção agrícola em mais de 11.000.000 (onze milhões) de dólares.

Cabe-nos, ao encerrar, uma citação específica, voltada ao extensionismo da EMATER, este componente de um exército anônimo que leva planos e projetos - e por que não idéias e sonhos? - até a realidade dos campos.

Estes homens e estas mulheres fizeram do extensionismo da EMATER um projeto de vida, literalmente uma extensão de suas próprias vidas.

Os 35 (trinta e cinco) anos da EMATER, hoje verticalizada e robusta, saudável e competente, são histórias de nosso Estado, páginas escritas silenciosamente nos campos paranaenses.

#### REQUERIMENTO N° 1136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração nos Anais desta Casa, votos de congratulações à SBCI- Sociedade Beneficente Cultural Iratiense, pelos seus 70 anos de fundação, dirigidos os cumprimentos ao ilustre Presidente da Entidade, o Senhor Antônio Rosevaldo de Goes, e aos demais membros da sua Diretoria.

Sem a menor dúvida, dos muitos aspectos importantes diretamente ligados à história de Irati, se destaca a Sociedade Beneficente Cultural Iratiense.

Conhecida também como "Clube Polonês", surgiu de uma escola, além de uma associação, com o nome de Wolnosé (do polonês "liberdade").

Aquela época, o ano de 1921 já marcava, de modo indelével, a presença dos poloneses, vindos do seu País distante, trazendo consigo a esperança e a vontade de trabalhar.

A SBCI representou, como até hoje, parte de tudo isso, dos sonhos, do labor, da harmonia e do espírito empreendedor, características essas que, se não existissem, a história de Irati desde o seu desbravamento teria sido outra, certamente sem o brilho e a riqueza daquela etnia.

São 70 anos vividos com idealismo imorredouro, passado de geração em geração, reafirmando a cada instante no seu papel de integração sócio-cultural, desde a sua fundação através do Senhor José Smilka e tantos outros nomes que, ao longo desse tempo todo deram a sua sempre inestimável contribuição, sobretudo voltada pa-

Curitiba, terça, em 21.05.91

ra o bem comum.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao registrarmos nos Anais desta Casa os votos de congratulações à SBCI, o fazemos com a convicção e o júbilo, manifestando o profundo desejo de que continue a representar uma participação imprescindível na vida cotidiana iratiense e da região Centro-Sul.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata de um voto de Aplauso ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, pelo lançamento da "Operação Fronteira da Solidariedade".

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Os níveis preocupantes da delinqüência no país, traduzidos pelo recrudescimento dos crimes contra o patrimônio e a vida, tem pressionado a deflagração de operações de segurança e, julgamos importante aduzir que o atual estado de insegurança da população é extremamente preocupante e merece a maior atenção dos responsáveis pelo governo do Estado.

Atendendo uma das prioridades para os próximos quatro anos, o Governo do Estado iniciou na região de Foz do Iguaçu, a operação Fronteira da Solidariedade visando combater o clima insuportável que vem se verificando na região, devido ao grande número de veículos roubados, o acentuado crescimento do tráfico de drogas e o contrabando de mercadorias.

Esta é a maior operação já realizada para coibir o crime organizado e a violência na região fronteira Paraná/Paraguai.

Impossível ficar-se alheio a esta iniciativa, pela segurança que transmite à população.

O Governo do Estado prova, mais uma vez, que quando existe coragem para resistir, ousadia para avançar no cumprimento de suas metas, o povo vence.

Por isto entendemos que deve ser aplaudido por nós.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública.

#### REQUERIMENTO N° 1126

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Mário Pereira, solicitando que seja passada a responsabilidade da Prefeitura para o DER da conservação da estrada que sai do Município e percorre os distritos da Ivaína, Santa Esmeralda e Porto Cerâmica numa extensão de 42 Km, do município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 21.05.91

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal solicitação pelo fato de que a Prefeitura não dispõe de maquinário e mão-de-obra suficiente para continuar a efetuar a conservação dessa Estrada. E é necessário que a mesma seja feita periodicamente pelo fato de que se trata de uma estrada de chão por onde passam muitas pessoas e veículos daqueles que residem nos referidos Distritos.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 1127

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica ligando o município de Rondon ao distrito de Bernardeli e na seqüência ao município de Tapejara, numa extensão de 16 km, município de RONDON.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, tendo em vista a importância das referidas estradas à população local e regional, haja vista tratar-se de vias que são utilizadas como fluxo considerável de veículos transportadores da produção agrícola.

Hoje em face as condições precárias das referidas estradas, os prejuízos aos produtores agrícolas é significativamente grande, mormente em períodos de constantes chuvas quando seu leito carroçável torna-se intransitável.

Por ser de importância ímpar o solicitado à comunidade, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 1128

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando a construção de dois (02) trevos um na COOCAROL e outro na COOPAGRO, ligando as duas cooperativas na PR 466, no município de RONDON.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, tendo em vista a importância dos referidos trevos à população local e regional, haja vista tratar-se de pontos considerados negros, pelos vários acidentes que geralmente deixam pessoas feridas e causam vários prejuízos à comunidade.

Por ser de importância ímpar o solicitado à comunidade, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 1129

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de um trevo no entrocamento da PR 323 com a PR 486 que dá acesso a Assis Chateaubriand e Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, diante do fato que a construção de um trevo só é fundamental na necessidade de se dar proteção à vida, é urgente que se construa aquele que realmente a proteja e se desative o que a coloca em constantes perigos.

Embora exista um trevo no local acima mencionado continuam os acidentes, com vítimas fatais, o que revela sua deficiência, talvez, por falhas de engenharia em sua construção.

Por ser de importância ímpar o solicitado à população em geral é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 1133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de ofício ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do

Brasil, a fim de que o mesmo reveja a medida adotada do fechamento das agências então existentes nos municípios de RIO AZUL e TEIXEIRA SOARES.

Com a posse dessa nova diretoria, torna-se oportuno representarmos, através deste expediente, o apelo no sentido do fechamento das Agências do Banco do Brasil, então existentes em RIO AZUL e TEIXEIRA SOARES. Extremamente prejudicados pela política econômica, embora jamais se negando a promover riquezas através dos seus incansáveis esforços, aquelas regiões, produtoras e agrícolas que sustentam o desenvolvimento, foram duramente atingidos com a completa paralisação de tais atividades.

Neste sentido, é fundamental que essa conceituada instituição creditícia, através da sua equipe técnica, reexamine a aludida questão, analisando com maior cautela e levando em conta a potencialidade de RIO AZUL e TEIXEIRA SOARES.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1138

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, officie-se ao Senhor Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, bem como o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Mário Pereira, solicitando o recapeamento da Rodovia 369, no trecho entre os Municípios de Presidente Castelo Branco e de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) NILTON CÉSAR SERVO

#### JUSTIFICATIVA:

A Rodovia 369, apelidada no passado como Rodovia do Café, hoje Rodovia de escoamento de produtos agrícolas, através do Porto de Paranaguá, dos municípios do Noroeste e Norte do Estado, e dos Estados vizinhos, do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, encontra-se em péssimo estado de conservação no trecho entre os municípios de Presidente Castelo Branco e de Paranaíba.

O Governo do Estado já recuperou grande parte dessa rodovia, inclusive com pistas duplas nos trechos de lombadas, facilitando o tráfego de caminhões pesados e de veículos pequenos.

O trecho da rodovia 369, entre Presidente Castelo Branco e Paranaíba, entretanto, não recebeu os reparos já feitos na maior parte dessa rodovia.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apelamos à sensibilidade administrativa e política do Senhor Governador Roberto Requião e do Secretário de Transportes, Mário Pereira, para que enviem esforços para recapamento dessa rodo-

via no trecho mencionado.

#### REQUERIMENTO N° 1125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja dirigido ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, cumprimentando-lhe pelas medidas abaixo:

1. Deferimento do ICMS sobre insumos agrícolas;
2. Isenção do ICMS para micros e pequenas empresas;
3. Operação em conjunto com as Polícias Federal, Civil, Militar e Receita Estadual, no combate ao contrabando, roubos de veículos, drogas na Fronteira Brasil Paraguai, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Estas medidas formam um conjunto que beneficia o Estado, pois viabiliza a agricultura, amenizando seus custos, produz novos investimentos com a possibilidade da criação de novos pólos de pequenas e micro empresas que propiciam a formação de novos empregos e conseqüente aproveitamento de matéria prima local e assegura a colocação no mercado de produtos fabricados no Brasil, sem a concorrência desleal de contrabandistas. Assegura ainda a segurança do cidadão, evitando o roubo de carros passados pela fronteira com o Paraguai, além do tráfico de drogas.

Este conjunto de medidas beneficia a população paranaense exemplificando a decisão do Governador Roberto Requião em dotar o Paraná de uma política ágil, moralizadora e voltada para os interesses do povo do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 1135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, no sentido do restabelecimento da merenda escolar para o Colégio Estadual João Negrão, localizado na municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

Com base no relato do ilustre Diretor, o Senhor Aroldo Basso, a última remessa recebida foi no mês de janeiro (que se esgotou em abril). Ao longo de todo esse período subsequente, são inúmeras as dificuldades, especialmente junto aos estudantes provenientes de famílias de baixa-renda, muitas vezes faziam aquela que era a única refeição.

Em face deste apelo, urge a adoção de medidas apropriadas no menor prazo de tem-

po possível, pondo fim ao assunto em tela.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando sinalizar a PR 153, na municipalidade de Mallet.

A mencionada rodovia, saída para Rebouças e prolongamento da Avenida Barão do Rio Branco, necessita contar com pelo menos quatro lombadas. Em nome da Câmara de Vereadores de Mallet, através da sua Presidente, a Senhora Maria Amélia S. Tartaratti, se faz necessária a tomada de providências urgentes, considerando a velocidade empreendida pelos condutores de veículos, que muitas vezes têm ocasionado sérios acidentes, inclusive fatais.

Pelos motivos expostos, aguarda-se providências que venham ao encontro do aludido pleito.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, encarecendo a construção de um mini-posto de saúde na Colônia Dulcio, pertencente à Municipalidade de Mallet.

Vindo ao encontro da solicitação formulada conjuntamente pelos Vereadores de Mallet, é de vital importância a implantação desse tipo de serviço, considerando que a comunidade não dispõe atualmente de qualquer tipo de atendimento médico, sequer de primeiros socorros ou de prevenção, o que tem acarretado incontornáveis transtornos.

Que essa Pasta, com a maior urgência, adote medidas concernentes ao presente pleito.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacio-

nal do Paraná, no sentido da construção de duas salas de aula no Colégio Estadual Padre Ladislau Maibuc, localizado na municipalidade de Teixeira Soares.

Com base na iniciativa do Poder Legislativo, em acatamento ao proposto pelo nobre Vereador Luiz Vascoski, há muito tempo que se constata a real necessidade de ampliar o espaço do referido e tradicional educandário, cujas instalações atualmente não comportam o número cada vez mais elevado de estudantes, acomodados em condições inadequadas.

Pelo exposto, que essa Pasta e essa Fundação, deem o necessário respaldo ao presente requerimento, realizando a aludida obra no menor prazo de tempo possível.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1140

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, envio de telex ao Governador do Estado Roberto Requião, ao Secretário da Agricultura Osmar Dias, ao Presidente da República Fernando Collor de Melo, e ao Ministro da Economia Marcílio Marques Moreira e ao Ministro da Agricultura Antonio Cabreira, encaminhando reivindicações dos Pequenos Agricultores dos 3 (três) Estados do Sul, abaixo-relacionadas:

1) QUESTÃO DA SECA:

a) Que o Governo Estadual se engaje nas mobilizações dos agricultores do Sul do País, objetivando pressionar o Governo Federal para que reconsidere as normas do crédito de emergência isentando 80% da correção monetária;

b) Que o Governo Estadual assuma o pagamento dos 20% restantes da correção monetária, imposta pelo Banco Central, sobre o crédito de emergência.

2) QUESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA:

a) Participação efetiva dos 70 sindicatos de trabalhadores rurais do Paraná através do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT/PR, nos planejamentos e deliberações dos Programas Estaduais para o Meio Rural (Paraná Rural, Panela Cheia, Bom Emprego e outros) e garantir atendimento prioritário para grupos de pequenos produtores organizados através dos sindicatos acima mencionados.

3) QUESTÃO DA PREVIDÊNCIA

a) Que a Previdência cumpra os direitos básicos dos trabalhadores rurais aprovados na Constituição Federal;

b) Pagamento imediato de um salário-mínimo para todos os beneficiários e o cumprimento imediato da aposentadoria dos

trabalhadores rurais aos 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

As perdas já apontam para percentuais superiores a 70% nas culturas de feijão, milho, soja, algodão, arroz entre outras. A maioria dos municípios atingidos se constituem de pequenos proprietários rurais, minifúndios, onde o problema da seca inviabilizou completamente a produção mesmo de subsistência. Vindo de safras anteriores frustradas, fizeram suas plantações sem os insumos necessários e até ou sem financiamentos, contando na maioria, com o sistema de troca-troca ou com insumos e sementes adiantados por cooperativas e outros órgãos de assistência ao produtor ou comércio local, não tendo agora como pagar esses adiantamentos.

Se não forem tomadas medidas urgentes para socorrer os agricultores e não ocorrer mudanças na política agrícola, estas famílias serão obrigadas a se juntar a 1 milhão e 500 mil pessoas que deixam o campo anualmente, fazendo crescer ainda mais os cinturões de miséria, nos centros urbanos do País, que já contam com 6 milhões de trabalhadores desempregados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, declaramos aberta a Sessão. (É lida e a aprovada a Ata).

Não havendo Expediente a ser lido, passamos de imediato ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Três fatos, dos mais importantes, a meu ver, aconteceram nestes últimos dias, senão vejamos, no que se refere ao deferimento do pagamento do ICMS dos insumos básicos, que já disse alguma coisa há dias atrás, hoje pudemos observar, através de reportagens em vários jornais de nossa capital, que já surtiram efeito. O Presidente da Associação das Indústrias de Adubo deu uma declaração aos jornais de que já houve uma reversão nesta questão da venda de adubos, até então, há longos dias, o agricultor não comprava nada, entretanto, a partir de agora, com esta diminuição de 17% naquele produto, já iniciaram as compras e com isto, certamente, o agricultor está se preparando para que possa obter melhor safra.

O segundo ponto positivo é no que se refere ao pagamento do ICMS, a dispensa

Curitiba, terça, em 21.05.91

deste pagamento àquelas empresas que, durante o ano, compraram até Cr\$ 7.000.000,00, acrescido da devida correção. Esta medida, sem dúvida, virá beneficiar muito porque são 72 mil empresas isentas daquele pagamento, e com certeza esta isenção redundará em aumento de oferta de empregos. Por isso, acreditamos fielmente que é uma medida coerente, uma medida inteligente que dará, cremos, um aumento considerável, na oferta de empregos. Vejam Senhores Deputados, veja Senhor Presidente, se cada uma destas 72 mil empresas oferecer um novo emprego ao trabalhador, nós teremos, só aí a criação de cerca de 72 mil empregos novos. Cremos que é mais uma medida coerente e de bom senso e deveria até ter acontecido há mais tempo.

O terceiro item: esta fiscalização que teve início, nos últimos dias, na fronteira Brasil-Paraguai. Sabem os Senhores Deputados e o Senhor Presidente que até então aconteciam numerosos roubos de veículos no nosso Estado, e estes veículos eram transferidos para o vizinho País. Com esta medida, com esta força da Polícia Civil, Polícia Militar, nós teremos, certamente, uma proibição do transporte de veículos roubados para o vizinho País, o Paraguai.

Estas medidas, todas elas, a meu ver pessoal, são cabíveis, coerentes e de bom-senso, porque todas elas visam beneficiar o povo de nosso Estado. Por isso encaminhamos à Mesa um Requerimento e gostaríamos de contar com o apoio desta egrégia Assembléia Legislativa, de votos de cumprimentos ao Senhor Governador do Estado, por estes fatos que são realmente muito importantes para a vida de nosso Estado e por que não dizermos desta Assembléia Legislativa?

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino, no Pequeno Expediente.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente gostaria de saudar os agricultores do Estado do Paraná, representando centenas de milhares de famílias de pequenos agricultores que se encontram nas galerias desta Casa.

Quero me manifestar mais uma vez nesta tribuna a respeito do que já estamos quase cansados de falar, de lutar, de conversar sobre a seca no Estado do Paraná. Desde o mês de fevereiro deste ano, quando já se iniciava o processo de perda de colheitas dos pequenos agricultores e da agricultura em geral do Paraná, vem se procurando dialogar, se manifestar, se organizar, rei-



vindicando condições de vida para o pequeno agricultor no conjunto, no todo, mas especialmente em razão da seca que se abateu em várias Regiões do nosso Estado.

Vários capítulos de uma novela que já se arrasta há quatro meses vem se passando e pouco, ou quase nada, se tem conseguido com medidas concretas com relação a este problema de pequena produção dos pequenos produtores, prejudicados pela grande estiagem que no Paraná ocorreu nesta última safra.

A partir de reuniões, de discussões da necessidade de se sentir na carne as dificuldades de uma pequena propriedade quando a seca leva tudo o que o produtor tem, o seu milho, o seu feijão, o seu arroz, tudo aquilo que ele precisa para poder sobreviver e sustentar sua família até a próxima safra, ele viu ser levado pela seca. Há necessidade de se movimentar, de se mobilizar, para que as autoridades competentes possam dar respaldo às suas manifestações, que é o mínimo para poder sobreviver na pequena propriedade, tentando impedir a sua saída para os grandes centros, para engrossar as fileiras de miséria das favelas nos centros urbanos. Os agricultores vêm se mobilizando visando conseguir subsídios, formas de sobrevivência, até a próxima safra que, entendemos, é uma obrigação, um compromisso das autoridades.

Já estiveram, os agricultores através do movimento "Salve a Agricultura" com o Governador Roberto Requião, com o Secretário Osmar Dias, com o Ministro da Agricultura e sabemos que grandes decisões para o problema são necessárias ser tomadas a nível federal mas nada, concretamente nada se conseguiu, se fez até mesmo em razão concreta da seca, dos atingidos pela estiagem no Paraná.

Uma proposta que está sendo encaminhada pelo Governo do Estado, com o Secretário da Agricultura, ao Governo Federal, de que o decreto, a resolução do Banco Central que fez mais uma farsa, no nosso entendimento quando libera um financiamento, um crédito de emergência para os agricultores, que cria um juro pleno, que traz um empecilho de que o agricultor possa ir ao banco requerer este valor sem nenhuma condição de pagar a correção monetária, a TR, a juro pleno, ele se vê obrigado a abandonar este auxílio, que não entendemos como auxílio, mas mais um roubo que os bancos irão fazer em cima do agricultor já massacrado pela seca em nosso Estado.

O que está se querendo com a presença dos agricultores aqui na Assembléia, com reunião que haverá hoje à tarde às 17h ou após a sessão no plenarinho, com a presença do Secretário Osmar Dias, é que somemos esforços, somemos a pressão, para que o Ministério da Agricultura os Governadores

dos três Estados do Sul, o movimento dos agricultores presentes, juntos consigam sensibilizar o Governo Federal para que subsidie este juro de 80% da T.R., e que o agricultor consiga receber isso como realmente um auxílio de sobrevivência, um auxílio de emergência diante de uma calamidade ocorrida no nosso Estado. Estamos encaminhando através da Assembléia um acréscimo ao documento já discutido nessas entidades e com o Governo do Estado, solicitando que o Governo do Estado assumam os 20% da correção monetária que está em documento solicitado ao Governo Federal; que o Governo Federal assumam 80% e o Governo do Estado assumam os 20% desta correção e se libere através do Banco do Brasil este recurso de emergência para a sobrevivência dos agricultores até a próxima safra. Diz o ditado: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Estamos desde janeiro, já no desespero, procurando auxílio, e nada se viu de concreto até o momento. Eu já disse aqui em outras oportunidades, a paciência tem limites, o povo está morrendo de fome, há necessidade de nos manifestarmos e de impedir que centenas de milhares de agricultores tenham que se desfazer do seu pedaço de chão, do seu meio de sobrevivência e engrossar as misérias nas nossas cidades.

Portanto, Senhores Deputados, convocamos, conclamamos a todos a discutirmos hoje a tarde, concretamente, este problema com os agricultores no Plenarinho às 17h. Era isso. Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Estivemos ontem no Distrito de Tagaça-ba, Município de Guaraqueçaba, participando dos 35 anos da expansão rural promovido pela EMATER. Queríamos aqui nos parabenizar com a EMATER pelos serviços prestados à agricultura do Paraná, principalmente aos seus técnicos, que não medem esforços para ajudar o agricultor no dia a dia. E estando em Guaraqueçaba, vendo a dificuldade do povo naquela terra, tivemos uma idéia que proporemos nos próximos dias. Estaremos apresentando um projeto na Assembléia Legislativa juntamente com a Câmara dos Deputados, criando "royalties" para a conservação da mata atlântica. Achamos nós que o Governo do Estado e o Governo Federal, através da sua legislação ambiental, têm prejudicado o agricultor paranaense e o agricultor nacional. No caso de Guaraqueçaba, que é detentora de 99% da mata atlântica do Estado do Paraná, nos

vimos obrigados a criar este projeto para facilitar a vida do agricultor e do morador de Guaraqueçaba. Nada mais justo do que a mata atlântica, que hoje não é mais um patrimônio do Estado, não é mais um patrimônio do País e sim um patrimônio mundial que o morador de Guaraqueçaba, que o morador do litoral do Paraná tenha através dos "royalties" que nós tentaremos criar juntamente com o Congresso Federal, uma compensação no que se refere às leis do meio ambiente. É muito importante para aquele povo, que já foi o maior produtor de arroz do Estado do Paraná, que venha a ter uma compensação, pois os Governos Estaduais e o Governo Federal têm esquecido completamente o agricultor do Estado do Paraná, e principalmente o agricultor de Guaraqueçaba, o agricultor do litoral do Paraná. Portanto, eu, desde já, peço o apoio de todos os Deputados para que criemos juntos e votemos juntos no Projeto de "royalties" para a conservação da mata atlântica, pois o oxigênio que a mata atlântica produz é um patrimônio da humanidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, ainda, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A classe trabalhadora paranaense deve ter ficado bastante perplexa ontem quando esta Casa por maioria significativa nós víamos aqui derrubada a iniciativa de alguns Deputados companheiros nossos da Casa a um requerimento de apoio a greve geral dos trabalhadores brasileiros. Amanhã se inicia esta greve geral. Ela nada mais é do que a manifestação do trabalhador brasileiro em relação às consequências da política econômica que está se impondo àqueles que pagam o preço mais difícil da sobrevivência nacional, os trabalhadores assalariados. Nós estamos assistindo nesta Casa freqüentemente a manifestações de diferentes segmentos dos trabalhadores paranaenses, aqui há poucos dias nós tínhamos as Universidades, nós tínhamos outras manifestações, hoje estamos vendo a manifestação dos trabalhadores rurais.

E nós neste momento, achamos que ninguém melhor do que a classe trabalhadora, principalmente a assalariada, aquela que paga o preço mais difícil para sobreviver tenha que se manifestar. E o que nós queríamos, a partir de ontem, nada mais é do que esta greve geral fosse ouvida nos diferentes cantos. Em momento algum está se querendo, sejamos nós do Partido Socialista Brasileiro, do Partido dos Trabalhadores, ou outros segmentos partidários comprometidos com a luta da classe trabalha-

Curitiba, terça, em 21.05.91

dora nós temos a certeza que nós não queremos a inviabilidade do Paraná, nós não queremos a inviabilidade deste País, nós queremos a viabilidade, mas há necessidade do protesto, há necessidade da manifestação, há necessidade de se dizer não à situação que está imposta, principalmente ao trabalhador deste Estado e deste País. Não há como sobreviver, a situação é insustentável, se o salário mínimo representasse, de fato, o problema inflacionário deste País e deste Estado, provavelmente nós viveríamos uma época de superavit e não de déficit, e não de corrupções, e não de barbaridade como se vê hoje a nível de Brasil. Congelou-se o salário-mínimo, congelou-se a vida do trabalhador, e o Brasil continua tendo inflação e nós estamos vendo a cada dia o estado de miserabilidade pelo qual passa o trabalhador deste Estado e deste País.

Então neste momento nada mais justo do que aqueles que sofrem na pele, aqueles que sofrem no dia a dia, aqueles que sofrem junto com suas famílias, aquele que tem dificuldade de levar o pão para seus filhos nada mais justo do que eles mostrem ao Brasil que a situação de sobrevivência é insustentável. E nós garantimos esse direito através da Constituição Federal, através da Constituição Estadual o direito a manifestação pelo trabalhador, sabemos que esta é a última instância que o trabalhador deve recorrer, mas deve recorrer a ela sem medo, deve recorrer a ela com a coragem que sempre foi motivo de luta da classe trabalhadora que é a greve geral, e tanto é que esta greve está sendo feita bastante consciente daquilo que o trabalhador quer, que ele está apenas fazendo uma manifestação, um alerta à classe política, à classe administrativa deste País dizendo durante esses dois dias que não há mais como sobreviver na situação em que se encontra com a política econômica e com o desgoverno que está posto em todos os níveis.

Então, nós lamentamos profundamente que esta Casa não tenha entendido o requerimento, ontem, dos companheiros do Partido dos Trabalhadores, quando pedia, apenas, que se registrasse também a preocupação dos Senhores Parlamentares com essa preocupação dos trabalhadores brasileiros nesta manifestação cívica, nesta manifestação constitucional, porque esse direito foi adquirido pela classe trabalhadora em dizer não à situação que está sendo imposta à sua vida e à vida da sua família. E jamais o trabalhador brasileiro, jamais o trabalhador paranaense está pedindo ou está lutando para a inviabilidade do Brasil e a inviabilidade do Paraná.

Nada mais justo neste momento do que darmos apoio e lutarmos com esses traba-



Lhadores em prol desses direitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

De 16 a 18 de maio, agora, ocorreu em Foz do Iguaçu o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal. É a quinta reunião deste fórum, sendo que a terceira se deu na cidade de Londrina, quando passamos do primeiro para o segundo turno das eleições, e lá se fez presente, entre os dois candidatos daquele momento, o candidato Roberto Requião.

É importante ressaltar que lá, Roberto Requião estava presente, para podermos ver o que se assume de compromisso de campanha e o que se cumpre ao chegar no Governo.

Neste fórum em Foz de Iguaçu, foi debatida a questão da municipalização e a democratização da gestão da escola pública. No que diz respeito à municipalização do ensino de primeiro e segundo grau, nos traz, assim como traz a todos os defensores das escolas públicas, algumas preocupações tais como a perda da qualidade do ensino; a elitização de alguns centros urbanos; o comprometimento da unidade sindical na busca de melhores condições de trabalho e de defesa da escola pública; os recursos financeiros dos municípios - se serão suficientes ou não, e provavelmente serão insuficientes -; a política educacional, se será a mesma para todo o Estado na questão da metodologia, pedagogia; ou seja, uma série de pontos e dúvidas são levantados e que temos que debater, debater com posição firme, uma vez que os nossos governantes não apresentam essa segurança na defesa da escola pública.

No segundo ponto, na questão da democratização da escola pública, dá para se notar que ela corre risco, uma vez que é programa do atual Secretário de Educação, colocar em algumas escolas interventores e não mais eleições diretas. Nós sabemos que nesta semana, o Diretor do Colégio Estadual do Paraná renunciou ao cargo e o novo Secretário, ao contrário de chamar uma nova eleição, está impondo um novo diretor, um interventor na escola.

E outra coisa preocupante, é no que diz respeito a um termo de convênio que a Secretaria de Educação está querendo assinar com as Associações de Pais e Mestres, APM's. Este convênio se chama "Termo de Convênio para Delegação de Execução de Serviços entre a Secretaria de Estado da Educação e Associações de Pais e Mestres". Neste convênio, coloca a obrigatoriedade das APM's fazerem a conservação e a manu-

tenção do prédio, a limpeza do prédio, a preparação da merenda escolar. É lógico que qualquer APM, para fazer isso, vai ter que contratar operários, cantineiras, serventes. Diz ainda mais esse convênio: que os encargos sociais ou qualquer questão trabalhista ficará por conta das APM's.

É lógico que vão me responder os Senhores Deputados que sustentam a política de Roberto Requião, que o Estado fará repasses a essas Associações.

Nós sabemos como funciona e como estão as finanças públicas do Estado do Paraná. Um Estado falido e que provavelmente não vai fazer esses repasses. Vai faltar dinheiro e já vi, e já vejo esse filme em outros momentos.

Quando falta dinheiro nas APM's, é lógico que vai se cobrar dos alunos, para que eles ajudem a manter a APM e assim manter esse serviço.

E é lógico, nenhuma dessas APM's tem administradores contratados, são pais de alunos que usam o seu tempo de folga para dirigir a APM, e como é que eles vão poder administrar cantineiros, faxineiros e operários? O que significa isso?

A escola que é estadual e que era pública, passará a ser paga pela classe trabalhadora mais uma vez. Essa política de Requião é igualzinha a de Collor de Mello.

E é isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência quer cumprimentar os Senhores Parlamentares que hoje pela manhã fundaram nesta Casa, o Bloco Parlamentar Municipalista. Recebam, portanto, Senhores Parlamentares, em nome da Presidência da Mesa Executiva, os cumprimentos pela iniciativa, e a certeza de que esse Bloco Parlamentar Municipalista trará grandes informações e fará com que muitas reivindicações dos municípios do Paraná possam ser evidentemente atendidas.

Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço.

(Ausente).

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, a Liderança do PT.

(Declina).

Com a palavra, a Liderança do PL, Senhor Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não possuo qualquer resquício de ódio pessoal ao Senhor José Scarpelini, atualmente Prefeito do Município de Apucarana.

O que me revolta, sim, é o exemplo que dá e que representa para o Paraná, em razão do cargo que ocupa, descrédito da fun-

ção pública.

Sua Excelência pratica, em síntese, o incitamento oficial à violência e o faz, obsessivamente, como se defendesse o interesse público.

Confunde a opinião pública. Não se diz de boa fé. Diz-se astucioso. Diz defender sua administração. Com fraude à lei. Democracia não se faz apenas em citá-la. É preciso fundamentá-la nas leis, porque o povo assim o merece e a justiça assim o exige.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não estou nesta Casa de Leis para participar de alguma conspiração contra o ordeiro povo de Apucarana.

Não se vá pensar que sou um provocador de irmãos vizinhos.

O Prefeito de Apucarana, porém, cria esse clima de hospitalidade inconseqüente e com isso levanta a cabeça de Arapongas.

Não pára de tecer fios de uma intriga entre os dois municípios co-irmãos.

Acredita que isso lhe dê dividendos políticos. Em vão será.

Tanto Apucarana como Arapongas querem trabalhar e viver em paz.

O episódio da malsinada Lei n° 01/88, é por demais conhecido e fastidioso seria comentá-lo. Sobre ela o Judiciário deu sua palavra final. Julgou-a ineficaz.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O senhor Prefeito do meu município - de Arapongas - seguiu o bom caminho.

Não aceitou - e essa época acabou - o conflito entre os dois municípios.

Por pequeno que fôsse.

Bateu às portas do Judiciário.

Entendendo que a competência potencial para julgar a causa que envolvia, tanto a jurisdição dos Juizes de Apucarana e Arapongas, era do Tribunal de Justiça, veio à mais alta corte do Paraná.

Expôs os fatos.

Apoiou-se nos princípios constitucionais quanto aos assuntos de interesse local previstos na Constituição.

Salientou os aspectos legais, garantindo a organização social dentro do território do Estado.

Falou da competência do administrador municipal dentro do seu território.

De atos expropriatórios que extrapolem a circunscrição territorial da autoridade executiva.

Das exigências do ato administrativo quais sejam os princípios da legalidade, legitimidade, finalidade, etc.

Que a capacidade de império que decorre das declarações do Senhor Prefeito de Apucarana, caracteriza o desvio de poder.

Da violação, enfim, de todos os princípios de direito público.

Da nulidade de seus atos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Curitiba, terça, em 21.05.91

Em data de ontem, o ínclito Senhor Desembargador Osvaldo Espíndola, Relator sorteado para o mandato de segurança impetrado pelo município de Arapongas, analisando o remédio jurídico pleiteado, concedeu medida liminar.

Nas sociedades naturais e politicamente organizadas, a vida dos direitos exige um respeito absoluto.

Mesmo porque, se assim não for, aí então os juristas, cumprindo o seu dever, que no dizer do Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho: "É soffrear os abusos, os excessos e as arbitrariedades, não permitindo se perturbe a paz humana - social ou se corrompam princípios fundamentais sociais inalienáveis." Decidem, como decidido foi no caso presente." (Termina de ler).

E um fato praticamente inédito na vida política do meu município. Acaba de ocorrer com esse episódio da invasão indevida do município de Apucarana ao território de Arapongas. É que todas as forças políticas do meu município se uniram em defesa intransigente de um direito que é inalienável, de um direito que é definitivamente do município de Arapongas.

Chega às minhas mãos neste instante o pronunciamento feito pelo ex-Deputado Federal, Waldir Pugliesi, onde defende na polêmica Arapongas da investida irresponsável do Senhor Prefeito Municipal de Apucarana. E também a Câmara Municipal de Arapongas pela unanimidade dos seus membros manifestou solidariedade a todas as medidas tomadas pelo Senhor Prefeito Municipal de Arapongas e em contrapartida a reação se fez presente no município de Apucarana onde um terço da Câmara Municipal de Apucarana recriminou veementemente o procedimento irregular, arbitrário e insano do Senhor Prefeito Municipal de Apucarana.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSD com a palavra. (DECLINA).

PFL com a palavra. (DECLINA).

PSDB com a palavra. (DECLINA).

PRN com a palavra. (DECLINA).

PDT com a palavra. (DECLINA).

PMDB com a palavra. Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Hoje a Assembléia Legislativa marcou um dia histórico do municipalismo, e eu já quero antecipadamente agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembléia e a Mesa Executiva que prestigiou sobremaneira esse acontecimento no plenarinho quando diversos Deputados que foram prefeitos,

vereadores, vice-prefeitos ali se encontravam, sob a liderança do ex-prefeito de Toledo, nosso companheiro de PDT, Deputado Albino Corazza, que demonstra propósitos sérios, sábios e que tudo realmente acontece dentro do Município.

E hoje aqui estamos num movimento dos mais justos, que é a campanha estadual da agricultura, dos trabalhadores rurais, e é precisamente nos municípios que esses trabalhadores ficam aguardando por parte dos órgãos governamentais, sejam federais, estaduais ou municipais, a participação desse Governo para que se resolva e ajude realmente o trabalhador mais sofrido, mais carente do Estado do Paraná, que é o trabalhador rural.

Eu fui Prefeito de um Município que tem 5 mil propriedades rurais, quase todas na base de 4 ou 5 alqueires no máximo, e neste Município, prezados companheiros, quando assumi a Prefeitura, o trabalhador rural andava 30, 40 quilômetros para vir até a cidade porque sequer existia uma linha de ônibus. O trabalhador rural chegava na cidade, não era atendido no hospital porque tinha um tratamento diferenciado.

O trabalhador rural é aquele que, ainda através do seu trabalho dos mais sacrificados, chega nas cidades - ao contrário do trabalhador rural dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha, da Itália, dos países europeus que quando saem da zona rural e vêm para as cidades, ele vem para gastar dinheiro, para comprar. Aqui o nosso trabalhador sai da zona rural e para as cidades em busca de um remédio, de uma cadeira de rodas, de uma dentadura, de um atendimento diversificado porque o que ele ganha na zona rural mal dá para sustentar a sua família.

Por isso que está na hora, principalmente nós aqui do Paraná, que é um Estado rico na agricultura, de apresentarmos sugestões para que o nosso trabalhador rural tenha uma vida melhor que tem hoje.

E eu quero cumprimentar o Deputado Toti Colaço porque ontem ele aqui se pronunciava a favor de que a COHAPAR leve ao Interior, leve à zona rural a moradia através de um plano de habitação, porque hoje não existe esse tratamento à zona rural. Por isso que eu quero cumprimentar o Deputado Toti Colaço e dizer a ele que já em Mandirituba nós iniciamos esse trabalho, mas só com recursos municipais.

Prezados companheiros municipalistas, diversos ex-prefeitos daquela safra passada, que hoje são aqui Deputados, mostraram ao Paraná e ao Brasil que realmente o Município com bons prefeitos e com um Governo que atenda, nós temos condições de mudar o atendimento à nossa população.

Há poucos dias atrás eu comentava com alguns companheiros aqui que, se fizessem

uma pesquisa, irão notar que 90% dos ex-prefeitos do Paraná que forem candidatos voltarão todos a assumir o cargo de prefeito pelo voto popular. E isso já não acontece com o nosso Poder Legislativo, onde mais de 60% da Assembléia foi renovada. Isso por quê? Porque o trabalhador, aquele que mora no Município, acredita e continua confiando piamente no prefeito e nos vereadores.

Por isso, cabe a nós esse grande desafio de, Deputados, trabalharmos pelos municípios. E aqui eu quero uma vez mais, enaltecer o trabalho do Deputado Albino Corazza e dizer que, tanto eu como os demais companheiros dele, estaremos abraçando essa causa justa, que é a causa do municipalismo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o PMDB.

(Declina).

Com a palavra, o PTB.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 029/91, VETO aposto ao Projeto de Lei n° 611/90, de autoria do Deputado RAUL LOPES e OUTROS, que acresce parágrafo único ao art. 1° da Lei n° 8.521, de 06.07.87, modificado pela Lei n° 9.114, de 10.11.89. Com PARECER da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/N° 97/91

Curitiba, 06 de fevereiro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 026/91, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 611/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo crescer dois parágrafos ao artigo 1° da Lei n° 8.521, de 06 de julho de 1987, modificada pela Lei n° 9.114, de 10 de novembro de 1989, assim:

"§ 1° - As associações beneficentes ou religiosas de caráter filantrópico, bem como as esportivas, sem finalidade lucrativa, poderão promover nos recintos de suas respectivas sedes ou em locais mais

apropriados, sorteios de números mediante cartelas ou cupons, em datas previamente fixadas, com distribuição de prêmios igualmente prefixados, e que serão entregues no mesmo dia e local de sorteio.

§ 2º - As atividades serão fiscalizadas pela Fundação de Esporte e Turismo do Estado do Paraná."

O projeto de lei em referência, não pôde merecer acolhimento, tendo em vista pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado que o examinando, assim se manifestou:

"Tratando-se de norma sobre loterias, cabe a seguinte observação: é atividade interdita à iniciativa privada, exerça-a esta ou não com "finalidade lucrativa". A exploração de loterias é monopólio do Estado, a ser exercido pelas pessoas políticas, assim se entendendo desde o advento do Decreto nº 6.259/44. O que o projeto de lei busca, é dar legitimidade aos "bingões", que até recentemente tiveram curso no Estado. Sobre o assunto há exaustivo estudo do procurador JACINTO NELSON MIRANDA COUTINHO (Parecer nº 128/90 PGE), no qual se demonstra que esses sorteios constituíam autêntica contravenção penal.

O Parecer nº 128/90 tem atualidade e alcance sobre o Projeto de Lei nº 611/90, remanescendo a qualificação penal, que não é reparada pela autorização em forma de lei estadual. A lei estadual não tem força para afastar ou excluir o tipo penal.

A análise que se faz é quanto ao aspecto legal do Projeto de Lei, recomendando-se que o Chefe do Executivo aponha-lhe os vetos indicados."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto nº 611/90 encontra-se publicado no D.A. nº 148/90, de 05.12.90).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 029/91

VETO

P A R E C E R:

A proposição nº 029/91 apresenta o veto aposto pelo Senhor Governador ao Projeto de Lei nº 611/90, ou seja, "acresce parágrafo único ao Art. 1º da Lei nº 8.521 de 06.07.87, modificado pela Lei nº 9.114 de 10.11.89.

O veto em questão foi encaminhado a esta Casa através do ofício nº DTL/97/91, protocolado no dia 17/02/91, proferido dentro dos prazos estabelecidos pelo parágrafo 1º do Art. 71, da Constituição Estadual.

A razão pela qual o Senhor Governador vetou a medida proposta, fundamenta-se no pronunciamento Geral do Estado que examinou a matéria e manifestou-se contrariamente à mesma, por entender que o referido projeto possui o vício da inconstitucionalidade, pois visa legitimar aquilo que não é previsto em norma maior penal.

Salvo melhor juízo, este também é o entendimento deste relator.

Quanto ao aspecto regimental, opinamos pela apreciação do veto em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

COSTENARO NETO - Relator.

Os senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão manifestar-se, votando com as cédulas que contêm a expressão "SIM". Os contrários à manutenção do veto, deverão se manifestar, utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão "NÃO".

Após haver feito a sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula ou a sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 51 (cinquenta e um) dos Senhores Deputados votaram.

Designo a comissão constituída pelo Deputado Nilton Barbosa, Deputado Nelson Garcia e Deputado José Afonso Júnior para constituírem a comissão escrutinadora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 51 Srs. Deputados; pela manutenção do veto 33, pela rejeição 17, em branco 1.

Está rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, para registrar a presença entre nós do Secretário Especial para Assuntos do Meio Ambiente, ex-Deputado Estadual e Federal Tadeu Bento França e a presença também entre nós do Presidente do Instituto de Terras e Cartografia e Florestas, Dr. Vitório Cherotiuki.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está devidamente registrada.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 77/91, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA e outros, que cria a Comis-

são responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no art. 142 da Constituição Estadual que define a sua alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Com EMENDAS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no DA n° 19, de 14.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77/91

P A R E C E R:

O anteprojeto de lei em estudo atende determinação contida no art. 58, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Estadual, promulgada a 05 de outubro de 1989.

Ante tal evidência, nos parece que a proposição é manifestamente constitucional, legal e jurídica, à exceção do § 6° do art. 3°, que está sendo objeto de emenda modificativa, corretiva, apresentada em separado.

Pelo exposto, opinamos que a proposição seja submetida à soberana apreciação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
RAFAEL GRECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77/91

Emenda modificativa corretiva ao § 6° do art. 3° do Projeto de Lei Complementar n° 77/91, de conformidade com o que faculta o art. 142 - III, do Regimento Interno:

§ 6° - São inelegíveis para compor a Comissão Paritária, as pessoas indiciadas pela prática de quaisquer fatos delituosos definidos e tipificados no Código Penal Brasileiro ou incriminados na legislação penal especial.

Sala das Comissões, em 06.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
RAFAEL GRECA - Relator  
Apoiamto: PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
LUIZ CARLOS MARTINS

EMÍLIA BELINATI, OVÍDIO CONSTANTINO,  
JOSÉ TAVARES, COSTENARO NETO,  
HERMAS BRANDÃO, DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

A emenda ora apresentada visa dar ao § 6°, do art. 3° do projeto de lei em estudo, uma redação mais condizente com a terminologia jurídica e, principalmente, torná-lo mais abrangente no que diz respeito aos motivos que vedam o acesso à Comissão Paritária. Se mantida a redação original, a lei não oferecerá qualquer restrição que pessoas eventualmente indiciadas em ação

penal pela prática de crimes graves como por exemplo, homicídio, furto, roubo, latrocínio, estelionato, etc, possam compor a referida Comissão.

Além disso, a chamada "Legislação Penal Especial", na forma como foi mencionada na emenda, incluirá no rol dos impedimentos a prática de crimes previstos em lei especial, tais como crimes falimentares, contra a economia popular, toxicológicos, eleitorais e etc, além das contravenções penais.

Parece-nos de fundamental importância que se criem mecanismos eficazes e rigorosos que impeçam o acesso à comissão de pessoas que, mais tarde, possam comprometer a sua credibilidade perante a opinião pública, ainda mais em se tratando de um colegiado que terá a imensa responsabilidade de bem aplicar e distribuir os recursos que forem alocados ao FDE, indispensáveis ao desenvolvimento do nosso Estado.

Face ao exposto, esperamos que a presente emenda seja aprovada pelos demais membros desta Comissão.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77/91  
SUBEMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

Ao § 6°, do art. 3°, do Plano de Lei Complementar n° 077/91, com supedâneo no inciso III, do art. 142, C.C. o art. 139, do Caderno Regimental:

§ 6° - Não poderão compor a comissão paritária, as pessoas indiciadas pela prática de quaisquer fatos delituosos definidos e tipificados no Código Penal Brasileiro ou por lei especial.

Sala das Comissões, em 15.05.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;  
ALCEU SWAROWSKI - Relator.

Apoiamto: Rafael Greca de Macedo, João Iensen, Nelson Garcia, Anibal Khury e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

De toda relevância o presente projeto de lei complementar, como deflui de seus próprios termos, do Deputado Caíto Quitana e outros.

E, outrotanto, oportuna a Emenda Modificativa Corretiva, da C.C.J., da lavra do relator Deputado Rafael Greca de Macedo.

Se de um lado a emenda visou imprimir cunho mais técnico - jurídico à matéria, por outro lado, entendemos que se deva dar, senão maior abrangência mais clareza aos motivos que vedam o acesso à Comissão Paritária. Na forma seguinte:

1° - Como necessariamente não são eleitas as pessoas para a Comissão e, sim, indicadas, somos pela redação modificativa de "são inelegíveis para compor" para "não poderão compor a Comissão...".

2° - "Lei Especial" abrange todos os

ramos do Direito e não apenas as "Leis Penais Especiais".

E o art. 12, do Código Penal estatui que somente quando as leis extravagantes não dispuserem de modo diverso, é que as regras gerais daquele "Codex" aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial.

Por exemplo, tormentosa e até "via crucis" para os juristas a questão dos crimes falimentares. São de Direito Penal ou Comercial? Dividem-se os autores nacionais e estrangeiros.

É que ainda não chegamos ao princípio pleno da autonomia do direito penal econômico. (Manoel Pedro Pimentel).

Dai, para evitarmos dúvidas ou perplexidades propomos a modificação da expressão (in fine, da emenda) "NA LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL" para: "POR LEI ESPECIAL".

Abrangendo, então, qualquer ramo de Direito e não apenas o penal.

Para apreciação em Plenário do projeto, da emenda e subemenda. Aprovado.

Há diversas emendas que deverão ser apreciadas em 2.<sup>a</sup> discussão, após parecer das Comissões competentes.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 34/91, de autoria do Deputado DURVAL AMARAL e OUTROS, que estabelece critérios para a efetuação de repasses de recursos do Tesouro Estadual aos municípios, mediante a prévia assinatura de termo de cooperação, firmado para o pagamento de professores municipais que prestam serviços junto à rede estadual de ensino, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA n° 11, de 04.03.91),

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 34/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, propõe estabelecer critérios para o repasse de recursos do Tesouro Estadual aos Municípios, decorrentes de convênios já firmados e destinados especificamente ao pagamento de professores municipais que prestam serviços à rede estadual. Ainda fixa critérios para a prestação de contas. Destaque-se o dispositivo que cria a correção diária para os casos de atraso no repasse, com base no índice de atualização fixada pelo Governo Federal.

Nosso parecer é pela apreciação em plenário, pois em nada fere os dispositivos constitucional e legal. Antes, deve merecer audiência da Comissão de Finanças. É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Curitiba, terça, em 21.05.91

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 34/91

P A R E C E R:

A matéria versada propõe estabelecer critérios para repasse de recursos do Tesouro Estadual aos municípios, decorrentes de convênios já firmados e destinados especificamente aos professores municipais que prestam serviços à rede estadual.

Fixa critérios para prestação de contas e, ainda, provoca a correção monetária - fato inédito e consentâneo com a justiça social - contra o Estado, em "mora debitoris" nos repasses aos professores.

Pois sem dúvida, os vencimentos destes são dívidas de valor e por isso, no magistério de Arnoldo Wald, suscetíveis de atualização com a data de pagamento. (A Correção Monetária no Direito Privado Brasileiro)., (RTJ. 107/424; 108/437).

Pela apreciação em plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ALCEU SWAROWSKI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 63/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA e outros, que estabelece a obrigatoriedade de consignação em folha de pagamento, das mensalidades das entidades associativas e sindicais dos Servidores Público. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - (Publ. no DA n° 18, de 13.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 63/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Paulo Maia e outros, o Projeto de Lei n° 63/91, estabelece a obrigatoriedade da consignação em folha de pagamento, das mensalidades das entidades associativas e sindicais dos servidores públicos do Estado do Paraná.

O projeto de lei ora em curso está devidamente instruído e encontra amparo legal e constitucional no art. 8°, inciso IV, que garante à Associação Profissional ou Sindical o direito de, mediante deliberação da Assembléia Geral, mandar descontar em folha a contribuição da categoria, razão pela qual somos pela tramitação normal do projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões em 02.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
OVÍDIO CONSTANTINO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 63/91

P A R E C E R:

A iniciativa parlamentar em tela, se caracteriza por apresentar-se como uma extensividade interpretativa e analógica da



norma constitucional federal, fluente do art. 8º, IV, adequada para servir aos interesses administrativos das entidades de representação dos servidores públicos estatuais.

Em verdade, como é certo, por princípio de direito, que a Constituição não comporta interpretação que não seja *STRICTU SENSU*, é certo que inexistente norma constitucional que obrigue a implantação, em folha de pagamento, de "mensalidade" sindical. Até porque "contribuição" sindical e "mensalidade", são institutos diversos, que não se confundem.

Como preconiza em sua referência à espécie, o instituto passível de implantação é a "contribuição sindical", após a prévia consulta e aprovação da respectiva assembléia geral, que o projeto do nobre Deputado Paulo Maia não contempla, como a dizer que os interesses dos sindicatos e associações devem sobrepor-se à vontade e aos interesses dos servidores públicos estatuais, aqui, em questão.

É muito larga, pois, a elasticidade que o ilustre proponente quer inculcar. Ainda mais quando a consignação, através de código em folha de pagamento, importa em despesas à administração pública que o projeto não se refere.

Não obstante estas considerações, também é reprovável o teor do art. 2º, que se põe a legislar matéria de indiscutível sentido penal, incoadunável à capacitação legiferante desta Casa.

Como se impôs, a iniciativa não passa de um arremedo legal, e como se apresenta, não merece o acolhimento desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, por três (03) sessões, o Projeto de Lei nº 63/91.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1140, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, com apoio do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1124, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1125, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento de nº 1130, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1137, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1138, de autoria do Sr. Deputado Nilton César Servo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1126 a 1129, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1131 a 1136, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para que a Mesa possa nos informar se anunciou para amanhã o projeto de lei que cria a Secretaria de Justiça e Cidadania, o mesmo agora está numa reunião da Comissão de Finanças e estará em condições de ser apreciado amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Após o parecer da Comissão de Finanças, nós o colocaremos na Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 077/91 e do Projeto de Lei nº 034/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/91.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e apro-

vadã a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes projetos: PROJETO DE LEI n° 26/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, Relator: Deputado Antonio Annibelli. Parecer Favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI n° 47/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, Relator: Deputado João Falavinha Iensen. Parecer Favorável. APROVADO. Projeto de Lei n° 74/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, Relator: Deputado Antonio Annibelli, Parecer Favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
Presidente  
SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Constatada a existência de números legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Martins Annibelli apresentou parecer ao PROJETO DE LEI n° 126/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
Presidente  
SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 5.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado

Curitiba, terça, em 21.05.91

Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Nelson Garcia, Rafael Greca e Renato Adur. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos, colocando a Ata da reunião anterior em discussão, a qual é aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI n° 023/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana, Relator Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 02) PROJETO DE LEI n° 087/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 128/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 42/91, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado Renato Adur, Parecer Verbal pelo Arquivamento. APROVADO. 05) PROJETO DE LEI n° 43/91, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado Renato Adur. Parecer Verbal pelo Arquivamento - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 091/91, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Renato Adur. Parecer Verbal pelo Arquivamento - APROVADO. O Deputado Renato Adur, requer prorrogação de prazo, para emitir Parecer sobre o Projeto de Lei n° 63/91. DEFERIDO. O Deputado Rafael Greca, solicita que o horário das reuniões desta Comissão, seja alterado para as 14:00 horas, porém quando se tratar de matérias urgentes e mui importantes, as reuniões sejam realizadas as 13:30 horas. O Senhor Presidente coloca esta solicitação em votação, a qual é aprovada por unanimidade. Outrossim, ficou definido, ainda, que os Projetos que objetivam conceder pensões a viúvas de ex-Prefeitos e ex-Vereadores, recebam Parecer pelo arquivamento, e que esta Comissão enviará ofícios ao Prefeito e Presidente da Câmara dos municípios referente a proposição, para que estes decidam sobre a concessão da pensão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL  
Presidente  
WILSON PENKA  
Secretário.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Co-

missões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Mário Bezerra, Renato Adur, Alceu Swarowski, Rafael Greca, João Iensen e Nelson Garcia. Havendo número legal, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos, colocando a Ata da reunião anterior em discussão, a qual é aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI N° 120/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) PROJETO DE LEI N° 129/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) PROJETO DE LEI N° 58/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) PROJETO DE LEI N° 70/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. O Deputado Renato Adur solicita cópia do Parecer do projeto acima citado. DEFERIDO. 05) PROJETO DE LEI N° 144/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 17/91. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Com relação a este projeto, o Sr. Deputado Mário Bezerra apresentou EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL que foi REJEITADA da seguinte forma: FAVORÁVEL os Srs. Deputados Mário Bezerra, Rafael Greca e João Iensen; CONTRÁRIO os Srs. Deputados Alceu Swarowski, Nelson Garcia, Renato Adur e Durval Amaral. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

#### 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei n. 10/91, que dá nova redação ao Art. 4º, da Lei n. 4.529 e ao Art. 7º da Lei n. 5.515. Fundo de Desenvolvimento Econômico

- FDE, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos com o fim específico de se fazer correção em redação dada ao Projeto de Lei n. 10/91, no dia de ontem, tendo em vista de que a Emenda Substitutiva Geral e a Subemenda n. 01 ao Substitutivo Geral traziam incorreções quanto a nomenclatura de órgãos ali citados. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

(a) SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Rafael Greca. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade que o Deputado Alceu Swarowski apresentou redação final ao Projeto de Lei n. 126/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) RAFAEL GRECA

Presidente  
SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio do ano de mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Rafael Greca. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Basílio Zanusso apresentou redação final ao Projeto de Lei n. 144/91, de autoria do Poder Executivo, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) RAFAEL GRECA

Presidente

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Emília Belinati, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, João Iensen, José Afonso Júnior, José Tavares, Rafael Greca, Plauto Guimarães, Mário Bezerra e Ovídio Constantino. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, justificando a ausência dos Senhores Deputados Antonio Constenaro Neto e Nelson Justus. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar n. 107/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator Deputado Rafael Greca, face à importância da matéria, e apartes por parte dos demais titulares da Comissão. Seu Parecer requer seja o Projeto transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 02) Projeto de Lei n. 37/91, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n. 106/91, de autoria do Tribunal de Justiça,

Ofício n. 21/91. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 121/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado José Afonso Júnior, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 05) Projeto de Lei n. 126/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator: Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n. 139/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n. 150/91, de autoria do Deputado Colombino Grassano, Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O Senhor Deputado Luiz C. Martins solicita ao Senhor Presidente, com base no art. 51, § 1.º do Regimento Interno, prorrogação de prazo para analisar melhor o Projeto de Lei n. 97/91. DEFERIDO. O Senhor Presidente comunica a vinda do Secretário de Estado Goya Campos para discutir sobre a instituição da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, na próxima semana e convoca todos os membros desta Comissão, bem como manifesta sua aprovação com relação ao comparecimento dos demais Parlamentares da Casa. O Senhor Deputado Ovídio Constantino solicita ao Senhor Presidente informações sobre a convocação solicitada por ele, ao Senhor Nasib Jabur, com quem o Senhor Presidente afirma já haver contactado, e esclarece que sua presença se fará dentro dos próximos dias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO  
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Durval Amaral, Mário Bezerra, José Tavares, Emília Belinati, Valdir Rossoni, Renato Adur, Florisvaldo Fier, Rafael Greca e João Iensen. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Or-

Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 122/91, de autoria do Deputado Aníbal Khury. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 124/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Aditiva no sentido de tornar obrigatório, nas carteiras que venham a ser emitidas ou substituídas a partir da data da publicação da Lei, conforme acordado verbalmente na reunião. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 127/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 132/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 141/91, de autoria do Deputado João Iensen. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, ratificando aos nobres Pares, a convocação para a oitava do Senhor Secretário do Estado, Doutor Goya Campos, na próxima terça-feira, dia 14/05/91, às 10:00 horas, no "Plenarinho". E para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
EVERLEI TEREZINHA CLETO  
Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 9.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Emília Belinati, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Ovídio Constantino, Mário Bezerra e Lourenço Fregonese. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da ata face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. A seguir defere requerimento da Senhora Deputada Emília Belinati, solicitando prorrogação de prazo, de acordo com art. 51, § 1° do Regimento Interno, para apresentação de Parecer ao Projeto de Lei n° 149/91. Passou-se então à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI n° 097/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL - APRO-

VADO. 02) PROJETO DE LEI n° 143/91, de autoria do Deputado Paulo Maia. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n° 147/91, de autoria do Deputado Aníbal Khury. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. a Seguir o Senhor Presidente lê o PROJETO DE LEI n° 144/91, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem n° 17/91, que visa conceder a partir de 1° 04.91, abono equivalente a 40% sobre salários e vantagens aos servidores das atividades da Administração Indireta, que especifica. Face a impossibilidade do Relator, Deputado Rafael Greca, comparecer à reunião, o Senhor Presidente designa o Deputado Nelson Justus para relatar as Emendas apostas a tal Propositura. Interrompe a reunião por cinco minutos. Retomando os trabalhos, o Deputado Nelson Justus passa a ler o Parecer já exarado pelo Deputado Rafael Greca. O Parecer é colocado em discussão, sendo abordada uma emenda de cada vez. O Deputado Durval Amaral pede a palavra para manifestar seu voto contrário ao Parecer Favorável a Emenda n° 01, justificando seu posicionamento após a reunião com o Senhor Governador, que pretende rever a situação de todos os órgãos do Estado a partir da implantação do Regime Jurídico Único. O Deputado José Tavares também manifesta seu voto contrário ao Parecer favorável a Emenda n° 01. A Deputada Emília Belinati discorre sobre a situação do IAPAR solicitando a colaboração dos demais membros, visando minimizar a situação dos funcionários que lá se encontram, pois não acredita que o Regime Jurídico seja implantado, ainda neste ano. O Deputado Durval Amaral enfatiza que o Senhor Governador tem como prioridade a implantação do Regime Jurídico Único, tendo já determinado um prazo para tal. O Deputado Luiz Carlos Martins vota favoravelmente a emenda n° 01, reservando o direito de discuti-la em Plenário. O Deputado Ovídio defende a emenda n° 02, à qual o relator trata como mero procedimento administrativo. Que os professores não pretendem ceder os dias parados, mas repô-los, visando evitar prejuízos aos alunos. Seria uma questão de manifestação por parte da Assembléia, no sentido de reconhecer e fazer que seja reconhecido o direito de greve. É colocada em votação a emenda n° 02. Voto vencido do Deputado Ovídio Constantino. O Deputado Ovídio Constantino manifesta-se favorável à emenda n° 03, pois é uma questão de isonomia. Que as dificuldades estendem-se a todas as fundações e não apenas a algumas. O Deputado Luiz Carlos Martins quer deixar claro que vota pela constitucionalidade e legalidade dos projetos, e que o mérito cabe ao Sr. Governador. É colocada em votação

a emenda n° 03. Voto vencido do Deputado Ovídio Constantino. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
Aos quinze dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados Nelson Justus, Emília Belinati, Plauto Guimarães, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Antonio Costenaro, Valdir Rossoni e João Iensen. Havendo número legal o Sr.

Curitiba, terça, em 21.05.91

Presidente dá início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia. O Presidente esclarece a necessidade desta reunião extraordinária face a importância da matéria a ser analisada, conteúdo do Projeto de Lei n° 151/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 18/91. O Deputado José Tavares, relator de tal propositura, explica que, apesar de aprovar a Emenda do Deputado Edison Lino, apresenta Parecer favorável com nova redação à Emenda Modificativa, visando a boa técnica legislativa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Foi relatado também o PROJETO DE LEI N° 158/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
EVERLEI TEREZINHA CLETO - Secretária